Novo ano fiscal agrada a presidenciáveis

José Coury Neto

A mudança do ano fiscal para 1º de julho de 90, proposta pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e já aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara, vem contando com a simpatia das equipes econômicas da Frente Brasil Popular e do PRN. O economista Aloísio Mercadante, principal assessor econômico da candidatura Lula, sugere, entretanto, uma discussão mais ampla desta questão, já que a mudança do ano fiscal seria válida também para as empresas em geral, podendo prejudicar seus balanços. O ponto positivo da proposta, reconhecido pelas duas candidaturas, é que o novo presidente da República ficaria com maior espaço de manobra.

Mas a tentativa do líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros, de deixar para o próximo ano a votação do Orçamento Geral da União (OGU), vem encontrando forte objeção no Congresso e na própria área econômica do Governo. Calheiros critica o orçamento proposto pelo Governo, alegando que ele dificultaria as ações que um eventual governo Collor anunciaria no começo do seu mandato: reformas fiscal, tributária, patrimonial e administrativa.

O PRN pretende aguardar a definição do segundo turno e, se vencer, promoverá uma reformulação da atual proposta orçamentária, transformando-a num orçamento provisório para o primeiro semestre do ano. A partir de julho, com a mudança do ano fiscal, entraria em vigor o primeiro orçamento definitivo, que teria sido proposto e discutido ao longo do primeiro semestre de 90. Enquanto não houvesse orçamento, o Governo gastaria apenas o autorizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, se o OGU não for aprovado até 31 de dezembro: 1/12 por mês para a manutenção (pagamento de pessoal e custeio).

O PT, principal suporte da Frente Brasil Popular, também é favorável a esta estratégia por considerar que o orçamento elaborado pelo Governo é "muito ruim". Isso porque, segundo Aloísio Mercadante, a estrutura do governo está totalmente desgastada e o OGU foi baseado nela. Outro ponto destacado pelo economista é que os critérios para elaboração do orçamento para 90 foram mais políticos do que técnicos, o que o torna "afastado" das reais necessidades da população. O PT entende que as votações do orçamento estão viciadas, manobradas por negociatas entre alguns parlamentares e **lobbies** de grupos econômicos.

Ilusão

O deputado José Serra (PSDB-SP) considera uma "ilusão" a tentativa do PRN — endossada pelo PT — de derrubar o orçamento elaborado pelo Governo. Para ele, o orçamento está "apertado" porque não há dinheiro, e o novo governo não aumentará sua margem de manobra rejeitando a proposta. O deputado considera que, como estratégia deliberada para derrubar o orçamento, o adiamento da votação abre um mau precedente e traz grandes riscos de aumentar a anarquia econômica do País.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, também não é favorável à proposta do deputado Francisco Dornelles de mudar o início do ano fiscal para 1º de julho de 90. Ele ressalta que a simples troca de governo não justifica essa alteração. O ministro não concorda com as acusações de que o orçamento elaborado pelo Executivo teve pouca participação técnica e muita influência política.

Poupança

Tanto o PRN quanto a Frente Brasil Popular pregam uma maior margem de manobra para o novo presidente. Partindo disso, os programas dos dois candidatos contêm diretrizes voltadas principalmente para a área social, que supostamente beneficiariam as camadas mais baixas da população. Por exemplo, os dois programas descartam o calote na dívida interna, mas pregam o alongamento do perfil desta dívida a partir da queda nas taxas de juros. Com isso, haveria um menor incentivo ao **over** e um estímulo maior às cadernetas de poupança, que financiam a construção de habitações populares.

A mentora do programa econômico de Collor, Zélia Cardoso de Mello, destaca que ele possui uma ação em três frentes: combate à miséria, à inflação e a retomada do crescimento (mesmas teses defendidas pela Frente Brasil Popular), mas com uma diferença em relação aos meios. Zélia defende a necessidade de obtenção de recursos mediante a reforma fiscal, administrativa e patrimonial do Estado, com a privatização de empresas estatais.

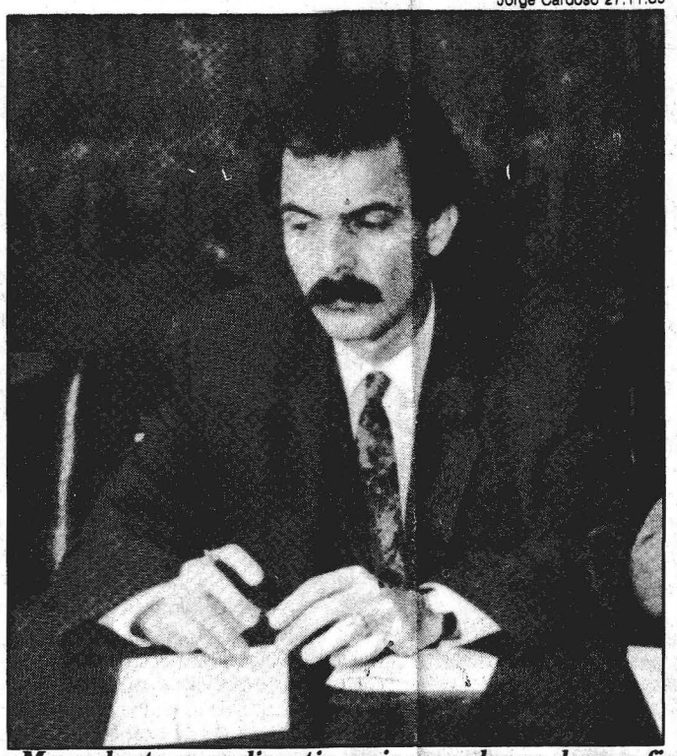
As divergências entre os dois programas, porém, aparecem em vários casos. O economista Aloísio Mercadante, assessor da Frente Brasil Popular, defende o aumento de impostos — principalmente maior taxação sobre os bens supérfluos — enquanto que Zélia prefere ressaltar a guerra à sonegação fiscal. Na questão do combate à inflação, a assessora de Collor acredita que as reformas propostas (fiscal, administrativa e patrimonial) serão capazes de resolver o problema a curto prazo.

A Frente, segundo Mercadante, estuda o uso de um redutor nos índices de correção de preços e pretende fortalecer o sistema de controle dos reajustes, colocando representantes dos trabalhadores nas câmaras setoriais. Na política salarial, os dois assessores defendem a livre negociação, mas aos poucos e em parcelas limitadas da massa de trabalhadores.

Dívida externa

Mas é na negociação da dívida externa que aparecem as mais profundas divergências. A Frente Brasil Popular deseja manter a atual suspensão dos pagamentos dos juros aos credores externos; rediscutir as relações com os organismos multilaterais e estabelecer uma auditoria para verificar em que condições foi assumida a dívida. A proposta do PRN é descentralizar a negociação da dívida (cada devedor conversa diretamente com seu devedor); retirar o aval do Tesouro e manter o Estado apenas na coordenação.

Jorge Cardoso 27.11.89



Carlos Menandro 12.09.89

Mercadante quer discutir mais a mudança do ano fiscal e Calheiros tenta adiar votação do OGU